

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini e Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Antes de dar a palavra para o primeiro orador inscrito, gostaria de anunciar a presença da prefeita Luzia Coppi Mathias, de Camboriú, que falará, após a Ordem do Dia, sobre a festa que acontecerá naquele município.

Quero comunicar com muito pesar a falecimento hoje de um grande amigo, que foi secretário da Fazenda quando fui prefeito de Balneário Camboriú, o professor Hildo Novaes.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença nesta Casa do vereador Rinaldo Correa, de Sangão, e de sua esposa, que estão visitando o Parlamento catarinense e a quem damos as boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, sr. deputado, damos as boas-vindas ao referido vereador e esposa.

O primeiro orador inscrito em Breves Comunicações é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, sr. presidente, bem como os colegas deputados e todos que acompanham esta sessão.

Hoje estivemos em reunião com a executiva do partido para tratar da cassação do prefeito de Brusque. Nossa solidariedade a ele, uma figura ímpar, que tem um trabalho reconhecido naquela cidade, mas que está sendo julgado, infelizmente, por algo que está sendo muito questionado no Brasil, pois para alguns cabe a penalidade e para outros não, no que se refere a gastos com publicidade.

O caso de Brusque é praticamente igual ao caso de Chapecó, minha cidade. No caso de Chapecó, o Tribunal Regional Eleitoral também condenou, houve recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, que deve julgar o processo até o mês de junho.

Com relação ao município de Brusque, já ocorreu o julgamento ontem e o TSE determinou o afastamento do prefeito e do vice-prefeito dos cargos. Ambos devem recorrer ao Supremo Tribunal Federal para que se garanta o entendimento dos seis meses, pois não é justo, uma vez que a legislação fala em gastos médios do ano anterior. De qualquer maneira, acho que a justiça tem que ser igual para todos.

Quero referir-me agora ao projeto de lei de nossa autoria que tem como objetivo reforçar a busca de novos recursos para o magistério catarinense. Falo aqui do Projeto de Lei n. 0022/2015, que destina todo o recurso novo do pré-

sal de Santa Catarina para o pagamento de professores.

(Passa a ler.)

"Essa lei visa destinar os recursos do pré-sal, advindos da parcela de participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em Santa Catarina, para as áreas da educação e da saúde.

A proposta tem como base a Lei Federal n. 12.858, de 9 de setembro de 2013.

Além de gerar oportunidades de emprego, cerca de sete mil em Santa Catarina, há expectativa para dois milhões de vagas em todo o país até 2020, ou seja, o pré-sal vai transformar os setores da saúde e da educação.

A previsão é de que nos próximos 30 anos sejam repassados em torno de R\$ 500 bilhões para a educação, a serem aplicados na valorização dos professores, no incentivo à educação integral e na alfabetização na idade certa."

Só para termos uma ideia, cada ônibus escolar custa R\$ 170 mil. De acordo com as licitações do FNDE, é possível adquirir com esses recursos, deputado Luiz Fernando Vampiro, mil ônibus escolares. Dos R\$ 3 bilhões do pré-sal, é possível levar 50 milhões de alunos às escolas. Além disso, os recursos extras do pré-sal seriam capazes de pagar o salário de mais de 140 mil professores da educação básica.

Neste ano o montante é muito mais do que o anunciado pelo ministério da Educação: espera-se em torno de R\$ 8,7 bilhões. A educação brasileira precisa de novos recursos, pois o Plano Nacional de Educação representa a estratégia da área para os próximos dez anos. Assim, a lei do pré-sal vem amparar esse plano, na medida em que garante parte dos recursos necessários para que se atinja um investimento na educação no valor de 10% do PIB na próxima década.

Entre as metas do Plano Nacional de Educação está a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais

profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do plano.

Diante desse desafio é que apresentamos esse projeto, que está tramitando na comissão de Constituição e Justiça, e que busca garantir que todo o dinheiro que Santa Catarina receba do pré-sal seja utilizado na valorização salarial dos professores da rede estadual.

Quais são as fontes de recursos da educação em Santa Catarina hoje? Os 25% de todas as receitas que formam o Orçamento do estado. Infelizmente, o governo tem aplicado só 22,86%, o que representa pouco mais de R\$ 3 bilhões.

O Fundeb é outra fonte de receita para a educação e dos seus recursos 60% são destinados obrigatoriamente para o pagamento da folha. Em 2014 foram repassados para Santa Catarina R\$ 375 milhões.

O salário educação, calculado com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, deu um total de R\$ 195 milhões no ano passado para Santa Catarina.

O que mudará em Santa Catarina com a lei do pré-sal? Acontecerá o seguinte: 75% do valor arrecadado do pré-sal deverão ser destinados para a área da educação básica e obrigatoriamente vinculados ao pagamento de salários e de outras verbas remuneratórias aos profissionais do magistério em exercício na rede pública estadual. Os demais 25% vão para a saúde, conforme prevê a lei federal.

As duas áreas são prioritárias para o desenvolvimento do nosso estado. A saúde carece de investimentos para aquisição de equipamentos, para a contratação de médicos, para a valorização dos profissionais e para a ampliação dos serviços de atendimento. Ao mesmo tempo, investir na educação é, sem dúvida, o caminho para o processo de erradicação das desigualdades sociais. Unindo essa riqueza, portanto, do pré-sal com o compromisso do governo federal em atingir os 10% do PIB, nós teremos muitas metas alcançadas.

Quero concluir minha manifestação, lembrando que hoje foi deflagrada greve pelos professores da rede pública estadual. No dia de ontem apresentamos um projeto de lei que pode garantir recurso novo justamente para financiar uma área estratégica da educação, que é a valorização do magistério. O nosso projeto de lei procura dar um foco, ou seja, os recursos oriundos do pré-sal serão depositados numa conta específica, destinada prioritariamente para o magistério, porque queremos, deputado Rodrigo Minotto, garantir que essa fonte de recursos seja utilizada naquilo que é fundamental.

Eu quero aproveitar o momento, sr. presidente, para dizer que na Ordem do Dia será votado um requerimento de nossa autoria, através do qual exigimos que o governo estadual ouça os trabalhadores em educação. Chega de intermediários! Até agora a coisa não funcionou e a greve já está na rua. Nós queremos que o governador ouça diretamente os professores de Santa Catarina.

Lembro ao governador que a voz das ruas está dizendo que os governantes têm que ouvir a população. Então, este é o momento de o governo do estado ouvir o que os trabalhadores em educação têm a dizer, para conhecer realmente quais são suas necessidades, seus interesses e no que a proposta governamental está pecando.

Obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos, certamente dez minutos muito importantes para este Parlamento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quero saudar o deputado Leonel Pavan e agradecer as suas palavras; quero saudar também a Mesa Diretora e todos os companheiros deputados e deputadas.

Vou retornar a um assunto que foi debatido ontem nesta Casa e que diz respeito aos vetos. Nós percebemos que há uma tendência muito forte de o Executivo considerar inconstitucionais os projetos

de lei oriundos do Legislativo. E aqui, ontem, houve um debate sobre vários projetos. Alguns, evidentemente, são claramente inconstitucionais, como os relativos ao direito de trânsito, proibição prevista no inciso XIII do art. 22 da Constituição.

Mas quero deter-me em dois pontos específicos. O primeiro diz respeito a um projeto de lei que fala sobre a meia entrada, de autoria do deputado Darci de Matos, se não me engano; o segundo refere-se à questão da isenção da taxa para exame toxicológico em concursos públicos.

Realizei algumas pesquisas sobre o tema tanto na doutrina quanto na jurisprudência, para verificar o que está acontecendo com relação a esse tema. Há um dispositivo constitucional que permite que o chefe do Executivo vete as matérias aprovadas pelo Legislativo com fulcro em dois motivos: por ser contrário ao interesse público ou por ser inconstitucional. Como regra geral, o veto é feito por inconstitucionalidade, pois raramente o chefe do Executivo diz que alguma coisa é contrária ao interesse público; geralmente ele veta por inconstitucionalidade. E o veto é focado, basicamente, na chamada inconstitucionalidade formal, isto é, o vício de iniciativa, ou seja, quem pode ou não legislar originariamente sobre determinado tema. A argumentação usada para embasar geralmente é isolada. Ontem mesmo a argumentação era de um desembargador. Agora, se procurarmos, há na ciência do direito fundamentação para todos os lados, basta procurarmos nas decisões dos Tribunais e da Justiça de 1º Grau.

A Constituição Federal diz, no seu art. 102, que o STF é o guardião da Constituição. Então, quem diz, no Brasil, em última análise, se algo é constitucional ou não é o Supremo Tribunal Federal, o STF.

Tenho em mãos um exemplar do livro *A Constituição e o Supremo*. Trata-se de decisões do STF compiladas num livro que está à disposição no site do Supremo. Vejam, por exemplo, a questão que diz respeito à possibilidade de exigência do exame

de oximetria do recém-nascido, que haviam argumentado que criava despesas. Sobre o fato assim se manifestou o STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade, Lei n. 2.050, de 25 de maio de 2004, do estado do Amazonas. Teste de maternidade e paternidade. Realização gratuita.

O que diz o Supremo? Diz que a lei atacada não cria estrutura a qualquer órgão da administração pública, como foi dito aqui ontem. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só possa ser proposto pelo chefe do Executivo. As hipóteses de limitação de iniciativa parlamentar estão previstas, segundo o STF, em *numerus clausus*. Quer dizer, estão listadas todas as possibilidades no art. 62 da Constituição. Portanto, não é inconstitucional propor, no direito à saúde, que o estado faça alguma despesa, conforme decisão do STF.

Há uma questão que cita que o diploma normativo em causa, que estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público não versa sobre matéria relativa a servidores públicos. Dispõe, isso sim, sobre condições para se chegar à investidura em cargo público, o que é um momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor público. Logo, segundo o STF, não fica configurada a inconstitucionalidade formal.

No que diz respeito à meia entrada, há largas decisões do STF dizendo que é constitucional. Aliás, nessa questão eu quero citar uma monografia que foi apresentada na Sociedade Brasileira de Direito Público pelo sr. Josie de Menezes Barros, que fez uma observação interessante na questão da meia entrada. Quando o STF julgou a questão da meia entrada, houve votos divergentes, mas a decisão final foi pela constitucionalidade da matéria. E sobre isso, assim se pronunciou o sr. Josie de Menezes Barros, em sua tese *O Supremo Tribunal Federal e as Leis de Meia Entrada*:

(Passa a ler.)

"[...]

Todavia, pondera-se aqui que o fato dos ministros focarem-se em questões constitucionais, tentando justificar a meia entrada por meio de um

conjunto de princípios e regras por ele escolhidos não é um erro em si; essa é essencialmente a função dos ministros ao julgar. Os juízes não podem incorrer, contudo, em exageros doutrinários que atribuam à meia entrada uma participação secundária nas decisões.

Questões que merecem um debate urgente, como os erros e distorções do modelo atual de garantia da meia entrada, devem ser tratadas mais cautelosamente pelo legislador. Isso porque critérios para a seleção do grupo beneficiado do órgão responsável pela emissão da carteirinha de comprovação do benefício, o grau de eficiência do meio ingresso como política pública faz parte de um diálogo que passa, em primeiro lugar, pelo crivo das Assembleias Legislativas, palco ideal para se reunirem todos os interessados." [sic]

Quer dizer, o palco ideal para decidir é esta Casa, que tem que julgar. Não pode ser o técnico, pois nem o governador é um técnico que decide utilizando uma decisão qualquer. A Assembleia Legislativa não pode ser um cartório de homologação, onde se coloca um carimbo para dizer que está homologado. Nem o técnico nem o governador podem decidir se é possível dar ou não meia entrada para um grupo. Aliás, o técnico não tem voto nenhum para representar a sociedade, nós é que temos. Então, temos que decidir se devemos dar ou não, porque a questão não é inconstitucional.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Quero cumprimentar v.exa., pois é importante no início da legislatura estarmos debatendo até que ponto vai a nossa competência para legislar, já que fomos eleitos para isso.

O que vem acontecendo no Congresso Nacional não é diferente, pois consegue aprovar poucas matérias de origem legislativa. As Câmaras Municipais de Santa Catarina também estão passando por problema semelhante, já que está sendo cerceado seu direito de apresentar qualquer tipo

de proposição, com o simples argumento de que gera despesa, que tem vício de iniciativa ou porque é matéria de organização administrativa e não pode ser mexida. Esses têm sido os argumentos para vetar todos os bons projetos que têm sido aprovados.

Recentemente, num município, um vereador entrou com um projeto que determinava que a milhagem utilizada pelos servidores públicos fosse para um fundo para ser utilizada pelos professores para realizarem cursos e seminários. A prefeitura vetou porque gerava despesa para o município. Um absurdo! Que despesa era gerada para o município o fato de utilizar milhagem de passagens pagas com recursos públicos, para serem utilizadas como benefício para os professores?!

Então, se não nos entendermos e deixarmos muito claro que não queremos ferir a Constituição, mas simplesmente ter o poder de legislar e honrar o voto popular, vamo-nos apequenar cada vez mais e enfraquecer o Parlamento Estadual e os Parlamentos Municipais.

A proposição de v.exa., deputado Fernando Coruja, serve de reflexão para a comissão de Constituição de Justiça desta Casa Legislativa, que deve começar a fazer uma interpretação extensiva.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Evidentemente não podemos legislar contrariamente à Constituição, mas há um exagero nos vetos opostos pelo Executivo. Há matérias que são claramente inconstitucionais e outras em que perdura pelo menos a dúvida. A nossa prerrogativa deve ser mantida. Não se pode aumentar a despesa nos projetos que são de iniciativa exclusiva do presidente da República. Aí não se pode apresentar proposta de emenda constitucional que aumente despesa. Nos outros se pode, sim, aumentar a despesa, e o projeto não ser inconstitucional.

Esse debate tem que ser prorrogado nesta Casa para que encontremos o equilíbrio daquilo que podemos ou não fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, trago a este plenário um assunto que diz respeito a cada um de nós. E falo cada um de nós por ter certeza de que, todos os dias, centenas de famílias sonham com a hora em que receberão alguma notícia de um filho, de um irmão, de um amigo, de alguém que esteja desaparecido.

Pergunto a cada uma das senhoras e a cada um dos senhores: quem aqui não conhece a história de uma pessoa que saiu ou foi tirada de casa e até agora ninguém tem mais notícia alguma? Quero dizer que por todo o Brasil o problema é intenso. Famílias inteiras convivem com isso e a dor da incerteza move os corações em busca de informações enquanto o tempo vai passando.

O Sistema Integrado de Segurança Pública de Santa Catarina confirma que, anualmente, o número de pessoas desaparecidas no estado ultrapassa seis mil. Dessas, 1.200 são jovens, 80 são crianças e cinco mil são adultos. As causas são as mais diversas, mas a angústia e o desespero daqueles que procuram por seus parentes é indescritível.

Por este motivo, faço meu pronunciamento de hoje em cima do Projeto de Lei n. 0064/2015 protocolado nesta Casa, de minha autoria, que institui a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas em Santa Catarina. Este projeto foi idealizado com o apoio do delegado Vanderlei Redondo, nosso parceiro nessa ideia, e tem como objetivo não só contribuir com as famílias catarinenses que enfrentam esse problema, mas também com os profissionais que atuam na solução desses casos e muitas vezes esbarram na falta de estrutura e informações.

Nas diretrizes desse projeto pedimos a criação e manutenção de um banco de dados com informações interligadas. Solicitamos o desenvolvimento de programas e ações de inteligência articulados entre órgãos públicos e unidades policiais; o

desenvolvimento de sistemas de informação, transferência de dados e comunicação em rede entre os diversos órgãos envolvidos, principalmente os policiais, de modo a agilizar a divulgação dos desaparecimentos e contribuir com as investigações, busca e localização das pessoas.

Nós sabemos de muitos casos em que o apoio à divulgação tem contribuído com o trabalho da polícia. Temos projetos que focam somente nas crianças desaparecidas. Mas este, de política pública, abrange todos os tipos de pessoas. São muitas as possibilidades e os motivos que causam o desaparecimento de uma pessoa, por isso o trabalho de busca tem que ser amplo.

Sonhamos com o dia em que alguém que chegue a um hospital ou a um asilo sem memória e sem documentos de identificação possa ter suas características informadas a um banco de dados, para que possam ser comparados com o registro de desaparecidos. Temos muitos casos dessa natureza no estado de Santa Catarina.

Para que v.exas. entendam a dimensão do problema, centenas de pessoas são enterradas como indigentes por falta de informações de quem sejam. Moradores de rua, usuários de drogas, dependentes de álcool, cada um com o seu motivo, mas que antes de enfrentarem qualquer um desses problemas tinham uma família, eram donos de uma história que acabou sem um fim, sem resposta. A maioria não passa da lembrança dos familiares. Cada um está em casa apenas no porta-retratos, nos objetos guardados pela mãe. Queremos contribuir para que exista uma resposta, boa ou não, nem que seja para que a família possa dar àquele homem ou àquela mulher um enterro digno.

Aproveito para enaltecer esta Casa, que atua nessa luta com a divulgação no portal de notícias utilizando a força da *internet* e das redes sociais para contribuir com as famílias. Temos também uma lei no estado que trata exclusivamente de crianças e da divulgação do seu desaparecimento. Além da do nosso eminente ex-deputado, ex-presidente desta Casa, Joares Ponticelli, aprovada no ano passado,

que é a da biometria de bebês, que têm os seus dados digitalizados logo no nascimento.

Então, pensando em cada família, em cada mãe e cada pai que passam por esse problema é que encaminhamos esse projeto, pois é difícil, srs. deputados, mensurar a dor de um pai, de uma mãe, de um irmão em virtude do desaparecimento de um familiar e que apesar de estar vivo continua longe de casa simplesmente pela falta de um banco de dados integrado ao sistema de inteligência da Polícia Civil e da Militar, que devem contar, inclusive, com a participação de instituições da iniciativa privada que consigam dar, em tempo real, a informação exata de um desaparecido, que muitas vezes passa um, cinco, dez, 20 anos ou até mais distante.

Deputado Leonel Pavan, v.exa. que já teve o privilégio de ter sido prefeito, de ter sido deputado estadual, deputado federal, senador e governador deste estado e que hoje honra esta Casa com sua larga experiência na vida pública, percebe o que são seis mil pessoas em Santa Catarina?

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Querido amigo deputado Valmir Comin, essa sua luta não é de hoje. Desde quando eu era vice-governador v.exa. já falava do problema, do sofrimento das famílias que têm um ente desaparecido. Muitas vezes são famílias pobres, pessoas que não têm qualquer condição de tentar descobrir onde está seu filho querido, sua filha querida.

Nós realmente precisamos promover o debate deste tema e alertar o governo estadual e até o governo federal para que deem assistência, coloquem à disposição das famílias advogados, a Polícia Civil e todo o setor de inteligência para ajudar essas pessoas.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Leonel Pavan.

E invocando a benevolência de v.exa., sr. presidente, gostaria de apresentar um vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito à assessoria que proceda à execução do vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Era o que tínhamos para a tarde de hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa., deputado Valmir Comin, e realmente se trata de um tema extremamente importante para a sociedade catarinense.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e povo que acompanha esta sessão ordinária no dia de hoje.

Minha manifestação de hoje, sr. presidente, é no sentido de lamentar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que no dia de ontem não acatou os recursos dos advogados do prefeito do município de Brusque, Paulo Eccel, uma pessoa íntegra, uma pessoa correta, e cassou o seu mandato.

Segundo palavras do próprio prefeito Paulo Eccel, quem perde com tudo isso é o município de Brusque, o maior derrotado é a população de Brusque, que estava caminhando com um prefeito exitoso, um prefeito transparente, um prefeito realizador, mas que, infelizmente foi cassado sob a argumentação de que ocorreu favorecimento pessoal com a publicidade oficial da prefeitura.

Na verdade, a publicidade foi um serviço de utilidade pública, porque o prefeito simplesmente informou a comunidade sobre questões relativas à saúde, sobre a presença de médicos nas unidades de saúde, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. Mas, lamentavelmente, o STF, a meu ver equivocadamente, decidiu contra o prefeito

Paulo Eccel e cassou seu mandato. Com certeza, a sua equipe recorrerá dessa decisão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputada Ana Paula Lima, eu gostaria de dizer que conheço o prefeito Paulo Eccel e por isso referendo as palavras de v.exa. E, como disse o prefeito, quem saiu perdendo foi a cidade.

Eu me lembro de uma reunião que tivemos em Brasília, ocasião em que um deputado disse que administrar estava ficando tão complicado que de repente ser prefeito de uma cidade seria um castigo. Por quê? Porque está muito complicado ocupar um cargo no Poder Executivo porque se está judicializando tudo e todo administrador público tem que ter boa banca de advogados para poder defender-se das frequentes acusações.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Kennedy Nunes, e realmente vão ser poucas as pessoas que vão querer assumir essa responsabilidade.

Mas estou ocupando esta tribuna para defender o prefeito de Brusque porque o conheço e sei o quanto aquele município melhorou com uma administração transparente, séria. E ser condenado por causa de propaganda é lamentável. Foi condenado, deputada Luciane Carminatti, porque informava sua comunidade sobre as ações de governo, sobre as questões relativas à saúde e assim por diante. Em suma, foi cassado porque queria comunicar-se com a população brusquense.

É lamentável, mas tenho certeza de que no fim se fará justiça, porque certamente toda a equipe da prefeitura vai recorrer dessa decisão.

(Passa a ler.)

"Srs. deputados e srs. deputadas, quero falar também sobre a nossa presidenta Dilma Rousseff, que ao assumir seu segundo mandato escolheu como lema de governo: Brasil, Pátria Educadora. Essa assertiva mostra que a educação será a prioridade das prioridades e que devemos buscar em todas as ações do governo um sentido formador, uma prática

cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano.

Na ocasião, a presidenta Dilma destacou ainda os esforços já realizados para a universalização da educação. Lembrou que a área começará a receber, em seu segundo mandato, recursos dos *royalties* do petróleo e do fundo social do pré-sal, que permitirão ao Brasil um novo salto de qualidade na educação nos próximos anos. A ampliação das escolas em tempo integral, a construção de unidades de educação infantil, a ampliação das universidades e a valorização do magistério brasileiro com a lei do piso nacional são ações estratégicas para o desenvolvimento do Brasil.

Em Santa Catarina estamos vivenciando um impasse. Professores da rede estadual iniciaram ontem uma greve que tem como pauta a luta pelo restabelecimento de uma carreira, respeitando a lei do piso nacional para a categoria, o tempo de serviço, a formação e a manutenção na carreira dos professores admitidos em caráter temporário, os famosos ACTs.

As escolas da rede estadual, especialmente em minha cidade, Blumenau, estão numa situação dramática. A precariedade na infraestrutura e a falta de pessoal são flagrantes, colocando em risco a segurança das nossas crianças."

Então, os nossos professores, na deliberação da assembleia de ontem, querem restabelecer um canal de negociação com o governo do estado. E esta era a proposta do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, ou seja, escutar os professores. Mas a confiança foi quebrada quando encaminharam para esta Casa a Medida Provisória n. 198, desrespeitando o canal de negociação que havia sido construído. Os professores querem dignidade, respeito à categoria, contratação dos professores em caráter temporário, melhores condições de trabalho nas escolas, principalmente nas escolas que não têm a manutenção desejada na rede elétrica, nas salas de aula, na questão da internet, no bom atendimento à comunidade escolar.

Em várias escolas de Santa Catarina não são os professores que estão-se manifestando. Na minha cidade, Blumenau, por exemplo, na Escola Estadual Básica João Durval Muller, os alunos foram para a rua reclamar da precariedade do prédio.

Nós, através desta Casa, fizemos uma série de solicitações ao governo do estado e ao secretário de Educação, no sentido de reformar as escolas, porque estamos trabalhando com educação de crianças e de adolescentes e os professores precisam de respeito.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Rodrigo Minotto, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna no dia de hoje em razão do que a mídia vem apresentando nos últimos dias com relação à situação das SDRs.

(Passa a ler.)

"Não se pode negar que a política de descentralização instituída no governo Luiz Henrique da Silveira buscava atender o cidadão onde ele vive e mora, até porque uma gestão descentralizada representa uma forma de governar mais democrática e republicana. A territorialização teve o mérito de conter, em parte, a litoralização, evitando que o cidadão, deputado Manoel Mota, tivesse que recorrer à capital toda vez que precisasse dos serviços públicos.

Em Santa Catarina, o processo de descentralização, que envolveu 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, criou, a meu ver, um excesso de cargos comissionados e mantém uma estrutura pesada aos cofres públicos. O relatório do Tribunal de Contas do Estado, em 2013, apontou o alto custo de manutenção das SDRs, se comparado aos recursos destinados a áreas essenciais como

saúde e educação, estimando que a economia anual poderia alcançar R\$ 39,1 milhões.

Os recursos aplicados na educação pelas SDRs correspondem, na realidade, a 37,97% do total de gastos entre 2008 a 2012. Porém nesses cinco anos o investimento foi de apenas 0,17%, segundo a mesma auditoria do TCE. O estado, de acordo com os dados, nunca cumpriu o Orçamento para bolsas de estudos do art. 170. Apenas nesse período de cinco anos deixaram de ser aplicados R\$ 413 milhões para a formação universitária.

As despesas administrativas foram de R\$ 638,32 milhões, cerca da metade dos recursos investidos na educação, e foram usados para manutenção, aluguéis, serviços terceirizados, pagamento de servidores e cargos comissionados. Nesse período, as despesas cresceram assustadoramente: 57,83%!

É fato notório, deputado Cleiton Salvaro, que a ocupação dos cargos em comissão nas SDRs obedece estritamente a critérios políticos, muitas vezes incompatíveis com as exigências da área. O grande paradoxo é que os maiores gastos foram em Joinville, Grande Florianópolis e Criciúma e os menores, em Quilombo, Itapiranga e Dionísio Cerqueira, justamente as regiões que enfrentam maiores demandas e que têm necessidade de recursos para fomentar o crescimento regional.

Por outro lado, o sistema de avaliação de desempenho foi interrompido a partir de 2010. Outro problema detectado pelos auditores, e isso é de domínio público, é a composição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, porque os trabalhadores e os movimentos e organizações sociais não têm assento.

Deputado Valmir Comin, isso não é tudo. O órgão criado para auxiliar as SDRs na tomada de decisões e para identificar as demandas prioritárias e necessárias ao desenvolvimento regional, via de regra, aprovava mais de 90% dos projetos, inviabilizando com essa cultura sua execução. Portanto, não havia recursos financeiros e apenas 32% deles foram executados.

O reordenamento espacial, estrutural e administrativo, num novo modelo de gestão, é

tarefa que se impõe para que as SDRs tenham viabilidade e possam executar a missão para a qual foram criadas. Do jeito que estão, totalmente subordinadas, sem autonomia e sem orçamento, representam um peso morto que custa muito caro para os contribuintes. Um paradigma sustentado pelo princípio, sim, da descentralização, da gestão democrática, com perfil técnico, aliado ao perfil político. Com redução, sim, dos cargos comissionados, com maiores orçamentos, sim, para que possam executar as demandas. Com mais autonomia, sim, para que realmente possam ser agentes de desenvolvimento regional sustentável, com responsabilidade social e seriedade.

Penso que este, sr. presidente, é o melhor momento para que o governo do estado traga a esta Casa Legislativa uma nova proposta de gestão administrativa, para que possamos ter no estado de Santa Catarina mais investimentos na área de educação e saúde e menos gastos públicos com cargos comissionados.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Sr. presidente, queremos registrar a presença do prefeito Milton Simon, de Itapiranga, berço da Oktoberfest, que veio trazer-nos o convite para a 8ª Efrait - Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Itapiranga -, que será realizada de 30 de abril a 3 de maio.

Estaremos lá, prefeito, e sei que muitos dos deputados também estarão participando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. Deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares, todos que nos acompanham no plenário, pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, nesta tarde quero tratar de dois assuntos que reputo de extrema importância.

O primeiro se refere a uma proposta que estamos trazendo a esta Casa da recriação, nós que já tivemos iniciativa semelhante, de uma frente parlamentar em defesa do setor têxtil e calçadista da Santa Catarina, setores que geram muitos empregos em nosso estado e são responsáveis por grande parte da economia catarinense, cerca de R\$ 170 milhões só em exportação.

Existem, hoje, no estado aproximadamente dez mil estabelecimentos que trabalham no setor têxtil e calçadista. Por isso, entendemos a sua importância para a economia e que uma frente parlamentar teria o papel fundamental de defender a economia dessas empresas, defender a geração de empregos de qualidade, defender o seu fortalecimento, até porque estamos em meio a uma crise nacional. E sempre que se está atravessando uma crise, entendemos que é preciso fortalecer a geração de emprego e renda. Como os setores têxtil e calçadista absorvem uma mão-de-obra de grande qualidade no estado, precisamos mantê-los fortes e dinâmicos.

Por isso, quero pedir o apoio dos srs. parlamentares e há pouco estava justamente colhendo as assinaturas dos colegas para viabilizar a criação dessa frente parlamentar que, como disse, tem como escopo a manutenção de uma indústria forte, aguerrida, que mantenha o emprego dessa mão-de-obra de excelência. Vamos procurar garantir a manutenção da renda e da qualidade de polos industriais, como São João Batista, no setor calçadista, e Blumenau e Brusque, no setor têxtil.

Uma das ações que pretendemos empreender, srs. parlamentares, através dessa frente parlamentar é a criação de uma delegacia específica de combate à pirataria no setor têxtil. Para v.exas. terem uma ideia, apenas uma empresa teve milhões de reais de prejuízo porque "piratas" importaram mercadoria, colocaram a marca de uma empresa catarinense - e

permitam-me declinar o nome, é a Dudalina - e venderam tanto para o mercado brasileiro, como para o mercado externo.

Por isso, acho que uma delegacia específica pode ajudar muito a combater esse tipo de pirataria, que causa enormes prejuízos às empresas e à economia catarinense e brasileira! Essa ação já conta com o apoio do governo do estado, através do secretário da Segurança, promotor César Grubba, e do delegado-geral da Polícia Civil, Artur Nitz.

Da mesma maneira que o setor têxtil poderá beneficiar-se com essa ação da frente parlamentar, outros setores da indústria catarinense também poderão sê-lo. É um exemplo claro de algo que está sendo feito e que vai ajudar, e muito, não apenas o setor têxtil, mas o estado de Santa Catarina e as indústrias catarinenses a protegerem a sua marca.

Temos outros exemplos de empresas que também sofrem com a pirataria. A *Mormaii*, marca famosa e consolidada, é uma delas; também a *Lepper*, que tem produtos licenciados, sofre com a pirataria. Esses são dois exemplos, mas existem muitas outras empresas de Santa Catarina que estão pensando em função da falsificação das suas marcas, da falsificação dos seus produtos, e nós temos que evitar que isso continue acontecendo. E essa delegacia de combate à pirataria teria sua atuação especificamente nos produtos catarinenses que são falsificados e que são vendidos de forma totalmente ilegal, o que prejudica a geração de empregos no estado. Se conseguirmos, através de um trabalho concreto, fortalecer o setor, vamos fomentar, inclusive, a geração de empregos e fortalecer a indústria catarinense, contribuindo para a manutenção da qualidade de vida do nosso povo.

Além dessa frente parlamentar voltada à defesa dos setores têxtil e calçadista, sr. presidente e srs. parlamentares, também vamos trabalhar numa outra frente parlamentar específica para a questão da inovação tecnológica.

Santa Catarina é um estado diferenciado nessa área. Blumenau, por exemplo, tem mais empresas na

área de tecnologia, na área de inovação, do que padarias. Tal fato deve acontecer também em Florianópolis. É por isso que Santa Catarina liderou a geração de empregos no Brasil em dezembro de 2014, como também em janeiro e fevereiro de 2015.

Então, temos que propiciar uma rede de interação entre as nossas universidades, o setor privado e o governo do estado, para que o conhecimento gerado na área da tecnologia da inovação possa beneficiar os mais variados setores industriais, a fim de que Santa Catarina fique cada vez mais forte e exemplar no âmbito tecnológico.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ouço o deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero reforçar o pronunciamento de v.exa., deputado Jean Kuhlmann, e dizer que o governo de Santa Catarina, através da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, anunciou que em torno de dois anos ocorrerá a implantação de dez novos polos de inovação no estado.

Por isso, é muito importante que a Assembleia Legislativa acompanhe esse trabalho no que se refere à ligação entre os empresários, o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Então, vejo que as frentes propostas por v.exa. devam, sim, ser criadas e desde já informo ao nobre colega que pode contar com a minha assinatura nessa sua importante iniciativa, porque esta Casa precisa posicionar-se.

Quero também adiantar a v.exa. que vou propor a criação de uma frente parlamentar destinada a acompanhar a implementação dos aeroportos da aviação civil no estado de Santa Catarina. O ministério da Aviação Civil já adiantou recursos para 13 aeroportos em nosso estado. Hoje ainda foi anunciado pelo prefeito César Souza, e entendo que não é uma vitória apenas sua, mas de toda Florianópolis, de toda Santa Catarina, a terceirização do aeroporto Hercílio Luz. Porque

nas atuais condições, o aeroporto da capital não vai conseguir atender a demanda que está colocada seja em termos de comércio, seja em termos de turismo.

Então, parabênizo v.exa., vejo que são ações importantes que o Legislativo pode fazer em apoio, principalmente, à economia de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JEAN KULHMANN - Com certeza, deputado Maurício Eskudlark, parabéns pela iniciativa e muito obrigado pelo seu apoio à nossa proposta.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KULHMANN - Ouço o deputado Mario Marcondes.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa, e falo aqui em nome do setor calçadista de São João Batista, cidade da qual sou filho e da qual o vale do rio Tijucas muito depende.

Tenho certeza de que essa frente será muito importante, principalmente para que as empresas de São João Batista não saiam de Santa Catarina. A crise do calçado bate mais uma vez às nossas portas, em função da concorrência com os produtos importados da China e, sem sombra de dúvida, essa frente que v.exa. propõe vai ajudar muito esse setor. Acredito que esta Casa fará de tudo para viabilizar e concretizar as ações propostas pela frente parlamentar, para que possamos, efetivamente, ajudar o setor calçadista e o setor têxtil.

Então, parabéns pela iniciativa, são ideias dessa natureza que fazem com que o nosso Parlamento se destaque cada dia mais.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KULHMANN - Muito obrigado, deputado, esses são dois setores que fazem Santa Catarina ter um diferencial com relação à economia nacional. Como citei anteriormente, estamos num estado que, nominalmente, em dezembro, janeiro e fevereiro próximos passados, gerou mais empregos do que São Paulo, por exemplo. E nós temos apenas cerca de 1% do território nacional!

O governador Raimundo Colombo deve estar sentindo a dificuldade gerada pela queda da atividade produtiva, que não chegou a atingir a receita projetada, mas que causa dificuldades para a arrecadação do estado. E sabemos que através do fortalecimento dessas iniciativas, da manutenção do valor agregado, da mão-de-obra nos setores têxtil e calçadista e do incremento da inovação tecnológica é que poderemos manter o diferencial catarinense.

O deputado Maurício Eskudlark foi muito feliz na sua fala, quando colocou a questão dos distritos de inovação em nosso estado, que foram projetados pelo ex-secretário Paulo Bornhausen e que devem ser trabalhados por Santa Catarina. E tenho certeza de que o deputado Carlos Chiodini, novo secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável, haverá de dar continuidade a esse trabalho.

Nós, nesta Casa, juntamente com a secretaria da Fazenda, com a secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e com as nossas universidades, precisamos interagir e trabalhar com inteligência, de forma concreta, não desvirtuando o projeto inicial dos centros de inovação, fazendo com que eles realmente mantenham seu objetivo inicial de gerar conhecimento, de gerar valor agregado, de gerar novas experiências, novas tecnologias, e permitir que os resultados sejam utilizados pelas atuais ou pelas novas indústrias, porque isso é que vai fazer com que nosso estado continue sendo um estado de excelência, exemplar, que orgulha todo o território nacional.

Por isso, as duas propostas aqui colocadas, para as quais quero pedir o apoio dos srs. parlamentares, que são a criação de uma frente parlamentar do setor têxtil e calçadista e de outra, para discutir, como o deputado Maurício Eskudlark colocou, a política a ser adotada pelos distritos de inovação, através da sua interação com as universidades em prol do setor privado, para que ele possa gerar mais emprego e mais renda. E normalmente os empregos gerados através

da área de tecnologia são de valor agregado maior e os salários também são melhores. E é isso que temos que defender, não apenas a quantidade de empregos, mas a sua qualidade, o que permite um retorno maior para o trabalhador. Quanto mais empregos com salário melhor, mais o estado ganha, mais o estado arrecada, mais o catarinense vai consumir e vai gerar um círculo virtuoso.

Então, é dentro desse espírito positivo que pretendemos proteger o estado e melhorar a vida dos catarinenses. É essa a minha proposta concreta para ajudar Santa Catarina a se desenvolver cada vez mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, no intuito de valorizar as pessoas que nos visitam, quero registrar a presença do professor Nilson, da Escola Básica Prefeito Olegário Bernardes, da nossa querida Itapema, que aqui está juntamente com a vereadora Nilza Simas.

O nosso carinho e sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Bloco Social Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, na semana passada apresentei à Presidência da Casa um requerimento para saber como os hospitais públicos de Santa Catarina tratam os pacientes vítimas de acidente de trânsito.

Como v.exas. sabem, cada carro paga anualmente um seguro chamado DPVAT, que consta de um valor fixo. Calculo que no Brasil aproximadamente 100 milhões de veículos pagam esse tributo. E aí vem a

primeira pergunta: de quem é o DPVAT? Para quem pagamos o DPVAT? Alguns acham que pagamos ao governo. Fui pesquisar. Há um documento que diz que para aprimorar o DPVAT, o Conselho Nacional de Seguros Privados, através da Resolução n. 154, de 8 de dezembro de 2006, determinou a constituição de dois consórcios específicos a serem administrados por uma seguradora especializada, na qualidade de líder. Para atender a essa exigência, foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, através da Portaria n. 2.797, publicada em dezembro de 2007. Então, nós pagamos o DPVAT para um consórcio de seguros, ou seja, uma seguradora que não tem nada a ver com o governo do estado, nem com o governo federal.

E aí vem outra pergunta: quanto pagamos? Como disse, trata-se de um valor fixo para qualquer veículo. Todos nós pagamos R\$ 105,65 por ano. Se considerarmos que no Brasil há aproximadamente 100 milhões de veículos, veremos que são arrecadados R\$ 10,5 bilhões.

Ocorre-nos assim a pergunta seguinte: como é usado o DPVAT? Segundo pesquisamos, 50% são usados no pagamento de indenizações e na administração das operações do seguro em nível nacional e os 50% restantes são repassados ao governo federal pelos bancos arrecadadores, a fim de serem investidos na manutenção da saúde pública e na Política Nacional de Trânsito. Então, cerca de R\$ 53,00, ou seja, a metade do valor que pagamos, é do governo para investimentos na saúde e para campanhas de educação no trânsito e os outros R\$ 53,00 são pagos para a tal seguradora.

Partimos agora para a próxima pergunta: qual é a incumbência da seguradora? Isso está definido pela Lei n. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que em seu art. 3º prevê o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares,

nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." [sic]

Ou seja, o DPVAT que cada um paga deve ser usado para indenização por morte, por invalidez e para pagamento de despesas médicas.

E logo nos ocorre mais uma pergunta: por que está sendo feita uma campanha para que o hospital que usa o DPVAT ou que induz o paciente a usar o DPVAT seja colocado na lista de criminosos?

Dão-se ao direito de pagar rádios e jornais para dizer que as vítimas de acidentes de trânsito que foram, por exemplo, ao Hospital Azambuja e utilizaram o DPVAT, teriam sido induzidas pelo dito estabelecimento de saúde a usar o seguro e não o SUS, como se o DPAVT que o cidadão paga não fosse exatamente para isso. O DPVAT que todos pagam é exatamente para, em caso de acidente de trânsito, cobrir os custos do atendimento médico-hospitalar sem utilizar justamente o SUS.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Ouço v.exa., que já foi secretário da Saúde e tem mais detalhes sobre essa questão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Deputado Serafim Venzon, eu acho que esse assunto que v.exa. traz à Casa é muito importante, porque no Brasil e também em Santa Catarina as seguradoras são as empresas que mais abusam do cliente, talvez não haja outro setor no qual haja abuso tão grande!

No caso específico do DPVAT, evidentemente que há um abuso muito grande na sua relação com o SUS, porque as seguradoras têm como objetivo essencial o lucro e realmente fazem a propaganda que v.exa. colocou.

Parece-me, deputado, que esse assunto é importante e merece desta Casa uma atenção maior. V.Exa., que faz parte da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deve utilizá-la para discutir a questão. Legislar sobre seguro é uma questão privativa do Congresso Nacional, mas nós temos a atribuição de fiscalizar a aplicação desses recursos no estado, ver o que está acontecendo, o sofrimento do usuário, as dificuldades dos hospitais e a sobrecarga do SUS.

É um assunto importante e eu fico satisfeito pelo fato de v.exa. tê-lo abordado dessa tribuna. Contudo, não vou entrar em detalhes em virtude do tempo, mas devemos aprofundar a discussão desse tema, para a qual estou à disposição de v.exa.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

Então, vejam v.exas. o quanto essa seguradora está lucrando! A metade do movimento cirúrgico do Hospital Regional de São José é relativa ao atendimento de vítimas de acidentes de trânsito. O Hospital Celso Ramos e o Hospital Universitário, da mesma forma. E não é diferente nos demais hospitais públicos de Santa Catarina, onde um grande número de pacientes atendidos na emergência é de acidentados no trânsito.

Segundo informação que apurei, nenhuma vítima de acidente de trânsito atendida nos hospitais públicos jamais fez qualquer pagamento, até porque isso é proibido quando o atendimento é pelo SUS. Mas a verdade é que isso virou moda e quando um hospital filantrópico, como há em São Bento do Sul, em Blumenau, em Canoinhas e em muitas cidades de Santa Catarina, solicita do paciente o documento de comprovação de pagamento do DPVAT, que é obrigatório, é acusado pela seguradora e às vezes até pelo paciente, porque dá um pouco de trabalho ter que pegar a cópia do BO na Polícia etc. É bem mais fácil ser atendido pelo SUS, que nem precisa de carteira de identidade. Diante disso, a seguradora aproveita e até faz campanha chamando de bandido o hospital que induz o paciente a usar o DPVAT.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa. e realmente se trata de um tema extremamente importante.

Em virtude do acordo realizado entre as lideranças do PMDB e do Bloco Frente Renovação, concedo a palavra ao eminente deputado Leonel Pavan, por até 15 minutos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Os deputados do PMDB querem manifestar-se, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sr. deputado, o acordo que existe refere-se apenas à postergação de meros 15 minutos, até porque o deputado Leonel Pavan terá que se ausentar para comparecer a um velório e enterro.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, tudo bem, o horário do nosso partido está postergado em 15 minutos, com a anuência do deputado Dalmo Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria, deputado Leonel Pavan, de me reportar um requerimento de v.exa., através do qual solicita a suspensão da sessão por 15 minutos para ouvirmos a palavra da prefeita de Camboriú, Luzia Coppi Mathias, que abordará a festa rural que acontecerá naquela cidade.

Está suspensa a presente sessão por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Srs. deputados, na condição de presidente quero saudar o município de Camboriú por toda a pujança que tem demonstrado na sua economia e pelo que representa para o estado de Santa Catarina.

Diante de acordo com os líderes e ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Dalmo Claro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, fica difícil falar em problemas depois da apresentação da festa pela prefeita Luzia Coppi Mathias e por suas *partners*. Eu lhes desejo pleno sucesso. Mas sou obrigado a falar de assuntos relacionados à saúde, às vezes até com certa repetição, mas, como dizia Nelson Rodrigues, eu sem as minhas repetições não sou nada.

Eu vou falar sobre a questão da saúde pública do nosso estado, dos municípios e do Brasil, e basicamente da falta de recursos e até da necessidade que temos de discutir, no âmbito do SUS, a devida divisão de tarefas e de responsabilidades na saúde pública.

Na verdade, hoje estamos discutindo o pacto federativo, talvez trazendo atribuições do governo federal para os estados e municípios com a devida repactuação da destinação dos recursos de origem fiscal. Há necessidade que façamos dessa forma, até porque a União se arvora, de certa maneira, na responsabilidade de aspectos importantíssimos da saúde, mas acaba não o fazendo e nós sabemos da dificuldade que há em Brasília - e muitas vezes até companheiros nossos, colegas da área da saúde ou não, que estão dentro de um escritório com ar-condicionado - de conhecer as necessidades da população em termos de saúde, seja na capital do Pará, no interior, em Florianópolis, em São Miguel d'Oeste, em Ponte Serrada, em Turvo, em Araranguá, enfim, nas mais diversas regiões país. Então, temos que repactuar isso.

Acho que devemos promover uma destinação diferenciada dos recursos públicos e aí sim, quem sabe, com uma repactuação na distribuição dos tributos, que estados e municípios assumam a área da saúde conforme sua jurisdição. Acho que teríamos uma saúde mais adequada.

Se há problemas dentro de um estado como Santa Catarina, que é diferenciado, imaginem v.exas. como é por todo o Brasil. Como secretário de estado da Saúde pude conhecer, dentro do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, iniciativas do ministério que não eram prioritárias em relação

àquilo que sentimos como necessidade da nossa população.

Hoje nós temos em Santa Catarina a melhor assistência em atenção básica à saúde: a cobertura de estratégia de saúde da família. Na comissão de Saúde, por iniciativa do deputado Fernando Coruja, pretendemos discutir uma aferição da qualidade da resolutividade das equipes de saúde da família. Isso é necessário, mas estamos com uma grande dificuldade no estado ainda nas cirurgias de média e alta complexidade, notadamente na questão das internações cirúrgicas e na realização de exames de média e alta complexidade, ainda que ambulatoriais ou mesmo de internação.

O governador Raimundo Colombo, na sua campanha de 2010, colocou como prioridades 1, 2 e 3 a saúde, e dentro da saúde uma das suas premissas era aproximar o cidadão dos locais de atendimento ou, falando de uma maneira mais correta, aproximar do cidadão os centros de referência de atendimento à saúde.

Então, nessa perspectiva, quando fomos secretário da Saúde, entre os anos de 2011 e 2013, implementamos uma política de fortalecimento dos hospitais que são referência para as suas regiões e microrregiões. Assim o foi com São Miguel d'Oeste, Chapecó, Criciúma, Araranguá e Braço do Norte, onde incentivamos a construção do novo hospital. Incentivamos a implantação de novas UTIs ou ampliações, como em Blumenau e Jaraguá do Sul; a ampliação do Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí; a ampliação do Hospital Regional do Oeste, em Chapecó; a ampliação de hospitais de regiões até um pouco menores, mas também de uma importância geográfica muito grande, pois havia um vazio de cobertura, como é o caso, deputado Cesar Valduga, de Capinzal, sua região de origem, em que aportamos recursos para reforma do centro cirúrgico, da cozinha e da lavanderia de um hospital que tem muita importância para aquele município e para os municípios de Ouro, Ouro Verde, Zortéa etc.

Eu acho que essa é uma política adequada, mas que carece de mais recursos federais. O governador

Raimundo Colombo está fazendo alguma coisa muito significativa nesse sentido, por conta de recurso conseguido a título de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil, mas a população catarinense vai ter que pagar esses empréstimos. O adequado seria que o ministério da Saúde aportasse recursos para essas reformas, ampliações e adequações, principalmente quanto ao custeio dos hospitais de importância regional.

Alguns hospitais são mantidos pelo governo do estado com dificuldades, outros são hospitais municipais, que é o caso do de Joinville. Já falei sobre isto aqui há três semanas, ou seja, sobre a dificuldade que a prefeitura de Joinville tem de manter o seu próprio hospital, um hospital de grande porte, mantido basicamente com recurso municipal, porque o recurso do SUS é muito limitado.

Exemplo disso foi citado pelo deputado Serafim Venzon, com relação à Líder Seguradora, que hoje administra do DPVAT e que fez um acordo, inclusive passou no Congresso Nacional, de que o atendimento aos pacientes que poderiam ser cobertos pelo DPVAT, numa despesa de até R\$ 2.700,00 - dinheiro que não é reajustado há muito tempo -, seja exclusivamente pelo SUS, quando, na verdade, o seguro existe para cobrir esse tipo de despesa.

Ora, srs. deputados, isso está onerando o SUS e prejudicando muita gente: em primeiro lugar, o próprio SUS, que poderia ter uma diminuição da sua despesa e, em segundo lugar, toda a equipe médica, que poderia ter uma renumeração mais adequada.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Rapidamente, deputado Dalmo Claro, gostaria de dizer que acho um assunto muito importante, porque a Constituição de 1988, em seu art. 23, II, determina como competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios cuidar da saúde, dar assistência pública, dar proteção e dar garantia às pessoas portadoras de deficiência.

Então, há uma competência comum, partilhada, só que lentamente houve um desfinanciamento por parte da União. Não há uma previsão clara do que cada um tem que fazer. Com isso, estados e municípios se sobrecarregam e não conseguem atender as demandas a contento, como v.exa. está colocando.

Então, como na discussão do novo pacto federativo, lá em Brasília, está colocada essa questão da competência, acho que podemos avançar na questão.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Muito obrigado deputado, acho que este é um momento muito adequado discutir isso, principalmente na área da saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, ainda dentro do tempo reservado ao PMDB, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, deputado Aldo Schneider, e cumprimentando v.exa. cumprimento os demais deputados, o público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

O que me traz hoje à tribuna é mais um capítulo da novela mexicana que é a pavimentação de 16 km da serra do Faxinal. Novos capítulos dessa novela mexicana acabam de ser editados e estão deixando desanimado um dos maiores entusiastas desse projeto, que é o prefeito Valcir Darós.

Há 40 anos a comunidade luta pela pavimentação da hoje denominada SC-290, que liga município de Praia Grande a Cambará do Sul. Além de estar no meio de dois parques muito importantes, os cânions, há como fator preponderante o turismo local e também deslocamento de pessoas e de veículos de transporte do Rio Grande do Sul para Santa Catarina.

Após muitas idas e vindas, em julho de 2014, o governo do estado de Santa Catarina entregou uma ordem de serviço para a pavimentação daquele

trecho. A vencedora da licitação foi a empresa portuguesa Monteadriano Engenharia e Construções, e o custo era de mais de R\$ 54 milhões. Pela complexidade da obra, o projeto sofreu algumas alterações, foi contratada uma empresa especializada em gestão ambiental, o que aumentou o custo em mais R\$ 8 milhões, perfazendo um total de R\$ 62 milhões. O prazo para a conclusão dessa obra era de 28 meses.

Por entraves burocráticos e ambientais, a obra não andou, o que acarretou prejuízo para toda a comunidade. Nos últimos dias houve a expectativa de que o presidente do Ibama havia liberado, deputado Manoel Mota, a obra, mas isso não ocorreu e há um verdadeiro diz-que-diz. O Ibama ora diz que vai liberar a licença ambiental, ora diz que o Deinfra não entregou o inventário. Fica esse jogo de empurra-empurra e os políticos é que pagam o pato.

O deputado Manoel Mota, o deputado José Milton Scheffer e todos os demais deputados do sul estão cansados dessa burocracia ambiental que se instalou em nosso país, que nos deixa de mãos atadas, a mesma burocracia que prejudicou o andamento da duplicação da BR-101, que prejudica os portos e aeroportos, que prejudica efetivamente a sociedade catarinense.

Dessa forma, o prefeito Valcir Darós, de Praia Grande, esteve em nosso gabinete, juntamente com o presidente da Câmara Municipal e os demais vereadores, todos indignados e insatisfeitos. Só o prefeito foi sete vezes a Brasília, 12 vezes ao Deinfra e não nada, porque a obra efetivamente não anda.

Ontem tomei conhecimento de que tramita nesta Casa projeto de iniciativa do deputado Narcizo Parisotto que proíbe o poder público de inaugurar obras incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam. Diante disso, sugiro que façamos uma emenda ao referido projeto de lei, a fim de que as ordens de serviço somente sejam entregues após a superação dos entraves burocráticos e ambientais.

A obra de pavimentação da serra do Faxinal conta com recursos de um financiamento junto ao

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - desde 2014. Agora, o que não pode é entregar uma ordem de serviço a uma empresa portuguesa sem que todos os entraves ambientais tenham sido resolvidos.

Por isso estamos aqui marcando presença e dizendo o seguinte: façam o que deve ser feito; digam o que deve ser dito, mas, por favor, tirem essa obra do papel!

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Concedo um aparte ao deputado Rodrigo Minotto.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Deputado Luiz Fernando Vampiro, tive a oportunidade e a infelicidade de, na semana passada, fazer um pronunciamento manifestando-me acerca de uma informação que recebi de autoridade do ministério do Meio Ambiente, dizendo que a referida licença seria dada na sexta-feira próxima passada. De boa fé divulguei essa informação.

Mas o que me causa estranheza é realmente o tempo que isso está levando e como um órgão estadual pode autorizar o início de uma obra se o trâmite legal e processual não está devidamente completo! Como é que um órgão estadual autoriza a entrega de uma ordem de serviço se não tem a devida licença ambiental para a execução da obra?

Então, este é o momento de aprovarmos o projeto de lei de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que com muita sabedoria resolveu acabar com esse tipo de vexame a que vem sendo submetida a sociedade do sul de Santa Catarina em razão da pavimentação da serra do Faxinal, que trará benefícios importantes àquela região, que por ela espera há mais de 40 anos. Por isso nós, lá no sul, temos que cobrar uma explicação das autoridades competentes.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Srs. deputados, parece-me que falta bom senso a todos aqueles que comandam os mais variados órgãos ambientais do país. Falta razoabilidade às suas decisões ou indecisões. Há que ter consciência de

que o ser humano está em primeiro lugar, antes, inclusive, do meio ambiente. É importante, é fundamental que tenhamos uma ação conjunta para que esse impasse termine e que os atos públicos sejam coerentes.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0009/2015, 0227/2014 e 0705/2014, de autoria de entidades sociais.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0004/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0001/2015, de autoria do deputado Romildo Titon.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0054/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, que torna obrigatória a inserção de protocolos referentes a reclamações, solicitação de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0153/2015, 0154/2015 e 0155/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0156/2015 e 0157/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0158/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0159/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0160/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Comunica igualmente que defere de plano os Requerimentos n.s: 0153/2015, de autoria do deputado Dalmo Claro; 0154/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0155/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0156/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0157/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0158/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0159/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0160/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0161/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; e 0162/2015 e 0163/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Moção n. 0029/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente do Senado e demais autoridades, apelando pela aprovação do Projeto de Lei n. 5.038/2009, que prevê a dedução dos valores decorrentes da aquisição de medicamentos e lentes corretivas da visão na apuração do Imposto de Renda Anual das Pessoas Físicas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0065/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos sobre as ações adotadas para regulamentar o cumprimento e os efeitos da Lei n. 16.398, que assegura ao consumidor o direito à informação

sobre a inexistência de assistência técnica no município.

Em discussão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quero aproveitar este pedido de informação para discutir uma questão relevante.

O deputado Ismael dos Santos pede informações ao governador do estado sobre quais as ações adotadas para regulamentar os primeiros efeitos da lei que assegura ao consumidor o direito à informação.

Veja bem, o pedido de informação é dirigido ao governador. Eu apresentei uma PEC na Casa para modificar o art. 41 da Constituição. Por quê? Porque esse artigo prevê no seu texto, apresentado pela então deputada Ideli Salvatti, a possibilidade de pedidos de informação serem encaminhados ao governador, aos secretários de estado e a titulares de fundações, autarquias.

Ocorre que houve a apresentação de uma Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade - e o STF declarou tal pedido inconstitucional. E por que declarou inconstitucional? Porque não se pode fazer pedido de informação para o governador. Esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal. Ao se enviar o pedido de informação para o governador ocorre a seguinte situação: o governador não precisa responder, porque não está obrigado a isso e, logicamente, não pode ser penalizado por esse fato.

Por isso acho que a Casa deve dirigir os pedidos de informação para o secretário da área competente. Inclusive, o pedido de informação tem que ser aprovado pelo Plenário o que, no meu entendimento, é uma diminuição do poder do deputado.

Vejam bem, neste pedido de informação o deputado Ismael dos Santos está cobrando que o governador especifique as ações adotadas em função da possibilidade do consumidor ter direito à

informação. Ora, a Constituição, nos arts. 533 e 534, prevê que qualquer cidadão hoje pode pedir informação e é necessária uma resposta, sob a pena de crime de responsabilidade. Mas nós, deputados, para fazer um pedido de informação, primeiro temos que pedir autorização para os colegas.

Sugiro que os pedidos de informação sejam dirigidos diretamente ao secretário. Sei que o governador tem respondido a todos os pedidos de informação, mas essa é uma sugestão. Concordo com o pedido de informação do deputado Ismael dos Santos, e vou votar a favor, estou apenas debatendo essa questão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero apenas ratificar que naturalmente o encaminhamento foi feito ao governador porque se trata de um pedido genérico, não tem uma especificidade que o vincule a uma secretaria de estado. Poderíamos, e não vejo nenhuma dificuldade, fazer o encaminhamento à Casa Civil.

Agora, a perspectiva de fazer um encaminhamento com a aprovação da Casa é simplesmente na perspectiva de buscar legitimidade. Eu poderia fazer através do meu gabinete diretamente, mas a ideia é que o Parlamento dá *status* de legitimidade ao pedido.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - De qualquer forma, acho que o debate é fundamental. Obviamente a sugestão do deputado Fernando Coruja é pertinente. Se for o entendimento da maioria, poderemos mudar, porque este é o foro apropriado para que o façamos.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0066/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando esclarecimentos acerca do programa Mais Médicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Cesar Valduga, primeiro orador inscrito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, o que me traz à tribuna é que o nosso partido, o PCdoB, está comemorando 93 anos de existência no Brasil.

Srs. parlamentares, são 93 anos de ideias, trabalhando muito sob a ótica do desenvolvimento nacional, com geração de emprego, renda e bem-estar para toda a população brasileira.

Nosso partido nos orgulha muito e é herdeiro e a consequência de todas as lutas por justiça e liberdade de que é rica a história do povo brasileiro. O PCdoB nasceu inspirado pela revolução dos trabalhadores na Rússia, heroica ousadia de um povo que estabeleceu pela primeira vez um poder estatal, operário e estável, que há quase cinco anos já empolgava o proletariado de todo o mundo e também os brasileiros.

Inicialmente, o partido adotou a sigla PCB e finalmente, em 1962, PCdoB, tendo durante todo esse tempo permanecido com o mesmo nome da fundação: Partido Comunista do Brasil. Nosso partido nunca precisou trocar de letreirinha, nunca precisou mudar sua sigla.

O PCdoB representou para os trabalhadores um salto gigantesco à frente, em função de sua organização e capacidade de articulação política. Ideias ousadas e avançadas que viviam em estado germinativo começaram a ganhar uma nova força e uma voz mais potente. Muitas características do partido eram repudiadas pela sociedade tradicional. Por exemplo, as mulheres do partido comunista desempenhavam tarefas políticas antes reservadas aos homens, afinal, mulheres nem podiam votar, quanto mais abandonar as tarefas do lar.

Em 1930, o partido lançou um operário negro, Minervino de Oliveira, como candidato à Presidência da República, o que representou mais uma afronta aos valores da sociedade brasileira à época. Além disso, Minervino de Oliveira e Octavio Brandão, dirigente nacional do partido, foram os primeiros parlamentares do PCdoB eleitos para o cargo de intendente, vereador em 1928, no município de Rio de Janeiro, então distrito federal.

Ao longo dos anos, o PCdoB foi atraindo cada vez mais proletários, estudantes, intelectuais e artistas para suas fileiras. No século XX, a partir da década de 30, a maioria dos protagonistas da produção artística e intelectual da nação era militante ou simpatizante do nosso Partido Comunista do Brasil. Em todos os momentos de ditadura e de ameaças às liberdades, o país contou sempre com o PCdoB na vanguarda da resistência democrática.

Neste dia 25 de março, em que comemoramos 93 anos de existência, é pedagógico recordar a saga dos comunistas, de braços dados com todos os demais patriotas e democratas, na luta pela criação da Petrobras e pela exigência de que o governo Vargas declarasse guerra aos fascistas, o que ocasionou a formação da FEB - Força Expedicionária Brasileira.

Em poucos minutos, sr. presidente e srs. deputados, apresentei desta tribuna um pouco da história do PCdoB, da luta de um partido que nunca caiu na vala comum, de um partido que se orgulha de sua sigla, que se orgulha daqueles que tombaram

diante da intransigência, daqueles que foram para o exílio. Um partido que se afirma em nível nacional e que há somente 30 anos saiu da clandestinidade.

Parabéns ao PCdoB, parabéns aos camaradas do PCdoB, parabéns aos amigos, aos simpatizantes, aos filiados desse grande partido brasileiro!

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados pela atenção. Um grande abraço ao povo catarinense, ao povo brasileiro e àqueles que fazem parte de uma história que não podemos renegar, porque faz parte da história do Brasil!

Um grande abraço!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo deputado inscrito, colega Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, o assunto que me traz à tribuna é um registro referente à Câmara dos Deputados. Na noite de ontem tive a oportunidade de estar em Brasília tratando de outros assuntos e assisti a um debate que já vem acontecendo há muito tempo. Trata-se da dívida dos estados com a União.

Desde a década de 80, passando pela década de 90, os estados vêm negociando suas dívidas com a União. É verdade que naquela época os contratos firmados embutiam altíssimas taxas de juros por conta da inflação que havia na época. Com o tempo, a União passou a contar como renda o pagamento que os estados efetuavam de suas dívidas. Portanto, desde aquela época o governo federal vem utilizando-se desse instrumento para aumentar sua receita financeira.

Ocorre, srs. deputados, que o governo federal não é uma instituição financeira e não lhe cabe fazer receita por conta da renegociação das dívidas que os estados têm com a União. É verdade que a União também não pode dar de graça os empréstimos concedidos ao longo desses anos. Mas, ao mesmo tempo, é evidente que as altas taxas de juros comprometem as receitas estaduais. Além

disso, a realidade econômico-financeira do país é completamente diferente daquela das décadas de 80/90, pois aparentemente nossa economia está estabilizada.

Assim, o Congresso Nacional vem protagonizando as discussões nesse sentido, diante do pleito que os estados apresentam de que é impossível investir se continuarem a pagar juros tão altos. A solução demorou muito anos, é verdade, mas no dia de ontem, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei determinando que em 30 dias o governo federal tem que renegociar os contratos com os governos estaduais e com as prefeituras, dando uma demonstração de que quando quer, o Legislativo sabe agir.

Temos que comemorar essa justa e meritória atitude da Câmara dos Deputados, que ontem finalmente atendeu aos apelos dos governadores e prefeitos. Ressalte-se que os deputados catarinenses estavam lá defendendo esse projeto, que é muito importante para Santa Catarina e para os outros estados.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Muito obrigado pelo aparte, deputado Silvio Dreveck, líder do governo.

Eu quero fazer um comentário a respeito dessa vitória dos estados, que foi conseguida em meio à crise de relacionamento da base do governo federal com a presidente Dilma Rousseff. Porque se não houvesse essa crise, essa independência, dificilmente teríamos obtido essa importante vitória, já que a União enfrenta uma situação financeira adversa.

Então, é bom que se frise que os estados conseguiram uma vitória importante na renegociação de suas dívidas em razão dessa nova postura do PMDB com relação ao governo federal, já que o país está vivendo uma grande crise, talvez uma crise institucional, a maior dos últimos tempos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado dr. Vicente Caropreso, e

incorporo sua manifestação ao meu discurso, pois é a mais absoluta verdade que a atual crise foi decisiva para a aprovação desse projeto de lei.

Ao mesmo tempo, vale ressaltar que oxalá nossos governantes aproveitem o atual momento de crise para reduzir suas despesas de custeio e com pessoal. Isso vale para o governo federal e para os governos estaduais, mas principalmente para a União, que acaba de propor um seriíssimo ajuste fiscal, por causa de uma crise que vem dos últimos quatro anos, essa que é a verdade.

O Brasil perdeu a grande oportunidade de fazer as reformas estruturantes, de modernizar a sua infraestrutura ao longo da última década. Por que digo isso? Porque deveria ter aproveitado para fazer tudo isso enquanto a economia estava crescendo acima de 5% ao ano, enquanto o ambiente político era favorável, quando tinha uma maioria sólida no Congresso Nacional. Mas, infelizmente, esse momento propício passou, nada foi feito e sobreveio a crise.

Oxalá, repito, seja esta a oportunidade para que os nossos governos e todas as instituições façam uma redução de custos para que não haja mais aumentos de impostos. É preciso mostrar à sociedade que estamos fazendo a nossa parte, que estamos reduzindo o custo da máquina pública no país, que é muito grande desde 1988, quando a Constituição aumentou muito os direitos, deixando os deveres para trás.

Vejam o que está ocorrendo com o movimento grevista no Brasil. Não sou contra a greve, mas quero colocar este assunto em debate numa próxima oportunidade, porque na medida em que a Constituição estabeleceu o direito de greve, ela foi regulamentada no setor privado e também deveria tê-lo sido no setor público. É o que acontece, por exemplo, na França e na Alemanha, países mais avançados.

Não temos que ter medo de debater esse assunto. Ninguém é contra greve, mas há que ter limites, tem que haver ambiente para isso, não apenas por movimentos de bandeiras. Quem perde com isso é a população, pois é ela quem paga a conta!

Portanto, há assuntos que a crise oportuniza o debate, como aconteceu ontem à noite, na Câmara dos Deputados, quando certamente a população ganhou, porque os estados vão ganhar um fôlego no pagamento de suas dívidas.

Então, quero cumprimentar todos os deputados federais, que no dia de ontem tomaram uma decisão histórica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Dr. Vicente Caropreso, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, venho à tribuna para trazer algumas informações importantes.

A primeira diz respeito a nossa atividade, ou seja, à inclusão de alguns itens que modernamente se usa para levar informação, seja através da nossa lista de *e-mails*, seja através de toda a formação gráfica dos jornais, os chamados *news letter*, para as pessoas que estão à procura do resultado da nossa atuação parlamentar.

Portanto, encaminhei ao presidente da Casa, deputado Gelson Merisio, expediente para que sejam incluídos como passíveis de ressarcimento, através da nossa verba de gabinete, a diagramação, o *web designer*, o trabalho, a hospedagem e a manutenção de sites e os *e-mails* em bloco, porque isso tudo representa um gasto grande. Há despesas eletrônicas que são ressarcidas, mas essas não o são. Mas são coisas extremamente importantes, ferramentas que os deputados poderão utilizar e que, se aprovado, representarão um ganho significativo.

Da mesma maneira, estou encaminhando expediente à Mesa, para que sejam feitas pequenas mudanças portal da Alesc. Em outra oportunidade, já mencionei e frisei a importância da participação popular no trâmite das propostas. Pela minha sugestão, a pessoa que entra no portal, no ícone *Tramitação de Matérias*, verá as

manifestações e os comentários das pessoas que por ali passaram e entraram. Eu sugiro que se faça um gráfico a respeito de quem vota a favor ou contra determinado tipo de matéria, pois assim também a população poderá saber da aprovação ou não por parte das pessoas que conosco interagem.

Esses são instrumentos importantes, alguns sem custo algum e outros que podem ser incluídos dentro da verba que já existe, para tornar legais despesas que hoje em dia não o são.

Sr. presidente e srs. deputados, eu estava conversando há pouco com o deputado Dalmo Claro e com o deputado Fernando Coruja, dois médicos, que fazem parte da frente parlamentar que elaborará uma PEC referente ao relacionamento dos estados com a união, ou seja, uma nova proposta de pacto federativo.

Nesse sentido, recebemos cópia da PEC n. 86, aprovada em 17 de março de 2015 próximo passado, que já está recebendo críticas pesadas em relação à saúde. A Emenda Constitucional n. 86 regulamenta as emendas parlamentares impositivas de deputados federais e senadores. Com isso fica claro, bem à moda brasileira, como sugere até quem a analisou, que o Poder Executivo Federal é obrigado a pagar as emendas parlamentares, inclusive quando não houver dinheiro! Isso é o que prevê a emenda constitucional.

Juntamente com essa alteração das emendas parlamentares impositivas de deputados federais e senadores, há outra alteração que sugere a mudança do financiamento da saúde. Aí é que está o problema: a proposta que estava para ser aprovada foi vetada pela presidente da República, portanto, não foi aprovada, que seriam os 10% da receita bruta da união para a saúde. Segundo a referida emenda, 15% da receita corrente líquida federal seria destinada ao financiamento da saúde pública, começando de forma escalonada: primeiro 10%, até chegar aos 15%, no prazo de cinco anos.

Se nós formos avaliar o que acarreta a emenda, veremos que em 2015 a saúde terá perdas e continuará perdendo durante vários anos até o equilíbrio proposto ao final de cinco anos.

Portanto, antes de pensarmos em estourar foguetes, temos que começar a rever o que acabou de ser feito de uma maneira, talvez, apressada ou, quem sabe, dentro daquilo que foi possível. Mas da maneira como está, já estão surgindo muitas dúvidas, o que nos preocupa sobremaneira.

Portanto, a proposta da frente parlamentar da qual faço parte é no sentido de garantir, a partir da Assembleia Legislativa, que 10% da receita bruta da união sejam aplicados na saúde.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Deputado Dr. Vicente Caropreso, quero parabenizá-lo por trazer esse tema importante à tribuna desta Casa, no momento em que se discute a questão das emendas, até porque as emendas têm um destino determinado, parece-me que para investimento apenas. Do valor das emendas parlamentares, 50% têm que ser aplicados no financiamento da saúde. É o que prevê o texto constitucional aprovado no dia 17 de março, em Brasília.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Exatamente, mas aí é que está o problema, pois os diretores dos hospitais levantam a questão do custeio, ou seja, a emenda prevê que 50% sejam aplicados em investimento, quando o maior problema é justamente o custeio.

Então, levanto a importância de mudar a metodologia da aplicação das emendas, para que também elas sirvam para o custeio dos nossos hospitais, já que essa é a grande angústia de vários diretores e administradores de instituições hospitalares.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Deputado, v.exa. levanta essa preocupação e deveríamos, inclusive, ouvir os diretores dos hospitais regionais de todo o estado de Santa Catarina, para que se possa realmente fazer as mudanças necessárias no novo pacto federativo, seja na metodologia da aplicação dos recursos, seja no

aumento do percentual dos recursos a serem aplicados na saúde.

Parabéns pelo tema, deputado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO -  
Obrigado pelo aparte também.

E concluindo, espero que o processo de mudança da legislação se torne mais célere, porque as dificuldades são grandes e o trâmite é muito lento. No Brasil, para que as coisas sejam aprovadas, é preciso uma grande comoção nacional, muitas vezes um grande acidente, uma grande crise institucional. Tomara que o problema da saúde não espere tanto e que não tenhamos um motivo emocional para correr atrás do prejuízo.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.